

Usina de US\$ 3 bi no Pará é retomada

ABNOR GONDIM

BRASÍLIA – O Ministério de Minas e Energia estima que até dezembro deste ano será lançado o edital de concorrência para a construção da maior hidrelétrica genuinamente nacional – a usina de Belo Monte, 500 km a sudoeste de Belém. A previsão foi possível com a retomada dos estudos de viabilidade ambiental do empreendimento após a cassação de liminar da Justiça Federal do Pará que os havia suspenso.

Orçada em US\$ 3 bilhões, a obra foi considerada mais viável pelo ministro de Minas e Energia, José Jorge, do que a construção da usina nuclear Angra 3, no Rio. Em recente visita ao Pará, Jorge afirmou que os problemas ambientais a serem gerados por Belo Monte são de impacto menor do que os da nova Angra. Pelo cronograma do ministério, a obra seria concluída em 2006, com capacidade de gerar 11 mil megawatts, quase a potência da binacional Itaipu, para abastecer principalmente o Centro-Sul.

Liminar – O juiz Irair Aram Meguerian, do Tribunal Regional

Federal (TRF), cassou no mês passado a liminar concedida pelo juiz Federal Rubens Rollo, da 4ª Vara do Pará, contra o andamento dos estudos de impacto ambiental. Ele havia atendido proposta apresentada pelo Ministério Público, que, entre outros motivos, alegava que somente o Congresso Nacional poderia determinar obras em áreas indígenas. Uma aldeia deverá ser afetada pela usina.

Meguerian entendeu que a reanálise de estudos de impacto ambiental não fere o dispositivo constitucional que prevê a concordância do Congresso. Segundo ele, nenhuma obra está no momento sendo executada e estão sendo feitos apenas trabalhos preliminares, conhecidos como estudo e relatório de impacto ambiental.

Pesou na decisão do juiz a argumentação da Eletronorte, estatal responsável pela geração de energia na Amazônia. Segundo a empresa, os estudos não podem ser interrompidos por estarem vinculados ao ciclo hidrológico da região. Se não forem concluídos até outubro, será necessário esperar o próximo ano.